

Discurso de Posse

MARCELO C. LINHARES

Graças ao bom atendimento dado ao requerimento em que submeti o meu nome à vaga deixada pelo professor doutor José Teixeira de Freitas é que, nesta tarde, cumpro o dever protocolar de vos agradecer a acolhida por mim solicitada e que não me recusastes.

Leonardo Mota – creio – não reclamaria pela utilização que ora faço da frase de encerramento de seu discurso de posse na Academia Cearense de Letras: “Detesto os arrebiques da modéstia convencional. Se anuístes em me terdes convosco, foi porque algo esperáveis de mim; se me encorajei a pleitear vossos enaltecedores sufragios, foi porque alguma coisa vos podia oferecer: um labor incessante, acendrado na mais incorruptível devoção ao nosso bem amado Ceará.

Feliz transponho o ádito da do Casa do Barão de Studart aonde chego depois de longas caminhadas, algumas delas por ásperos andurriaais.

Joaquim Nabuco, em sua autobiografia, disse ser nossa vida nada mais do que dois ou três traços vindos da infância. O Mestre tinha razão, pois o que hoje alcanço é uma aspiração que me acompanha desde a minha tenra idade.

Gravado tenho na memória, e recordo com uma clareza de raio em céu escampo, quando, em Guarimiranga – “a pequena Guarimiranga grácil e louçã”, cantada por Humberto de Campos –, embevecido ouvia a palavra do Padre Doutor João Augusto da Frota, um dos fundadores deste cenáculo, então vigário daquela paróquia, discorrendo com proficiência sobre temas palpitantes do momento. Meus familiares, no regresso à nossa casa, repetiam: “O Padre Frota é um sábio. Além de seu curso em Roma é membro do Instituto do Ceará”. Este sodalício, desde então, passou a ser para mim o “nec plus ultra” da cultura cearense.

Ser membro efetivo do Instituto se constituiu sempre em uma meta de minha vida, embora o sonho de a ele chegar se me parecia distante e quase impossível. Presente tinha a advertência do Apóstolo de Damasco em carta aos Gálatas: “Porque, se alguém se julga alguma coisa, quando nada é, a si mesmo se engana”. Lembrava, todavia, o poeta Filgueiras Lima que sentenciava: “A vida é mesmo assim. Ninguém vive feliz, sem a glória do amor e a beleza do sonho”.

Os anos foram passando e recordei haver flagrado, inúmeras vezes, o Governador Plácido Castelo – grande figura humana, que tive a honra de servi-lo como Secretário de Planejamento de seu governo – e o inesquecível Raimundo Girão, meu companheiro de secretariado, abordando assuntos em pauta neste Instituto, ressaltando, com os maiores elogios, o que aqui se passava. Aguçavam, sem saber, o sonho da criança de Guarimiranga.

O destino tirou-me da banca de advogado levando-me para a política. Após ser secretário de Estado, o Ceará fez-me seu representante na Câmara dos Deputados, por quatro mandatos. Dela sai sem derrotas e sem remorsos, com a consciência tranqüila de nunca me haver desviado das normas da dignidade e do dever.

Residindo em Brasília, nunca estive ausente da terra comum pois, como dizia Joaquim Pimenta, sempre a conduzi no coração; através das notícias e de publicações, que me chegavam às mãos por envio do meu primo Fernando Câmara que me honra com a sua amizade –, acompanhava o que se passava no Instituto.

Creio que “tudo acontece com a permissão de Deus”, nas palavras do próprio Cristo. Aqui estou, envaidecido com a vossa condescendência e generosidade permitindo penetrar nos umbrais vetustos deste Templo do Pensamento, como um dos vossos, tornando efetiva aquela aspiração que me acompanha desde a infância.

Côncio estou – e isto se traduz por um misto de ansiedade e de preocupação das responsabilidades que doravante sobre mim recairão. Percorrendo a relação dos que militaram nesta casa – e militam presentemente – aquilatei o quanto de respeitabilidade e de cultura a todos ilustrava já ao adentrarem no Sodalício.

Ajudai-me, pois, a atravessar o Rubicon de minhas emoções.

A cadeira cuja vaga ora preencho foi ocupada inicialmente pelo Professor José Sobreira de Amorim, ou Amorim Sobreira, como era conhecido como escritor e jornalista e, pela retirada dele de nosso convívio, pelo Professor José Teixeira de Freitas, expoentes ambos da cultura cearense, cujos nomes pronuncio com saudade e com respeito.

Amorim Sobreira – retirado cedo da vida, quando dele ainda se esperava muito de sua cultura invulgar – foi Professor por excelência. José Valdivino o descreveu como nobre, sensato, de uma serenidade ímpar, respeitado e querido entre mestres e alunos .

Natural do Cariri, foi no Seminário Diocesano do Crato, de 1922 a 1930, onde iniciou a formação humanista cristã que iria caracterizar sua vida.

Stênio Lopes, chamado a se manifestar, assim se pronunciou: “José Amorim é Professor na mais completa acepção do vocábulo. Sua inteligência lhe abriria muitos caminhos. Sua tenacidade no trabalho intelectual o levaria a qualquer estágio de cultura. Preferiu, porém, ensinar a juventude. Estimado pelos seus alunos, respeitado pelos seus colegas, dedicou sua vida ao magistério. E tornou-se professor em tudo, até na aparência. No próprio tom de sua voz, profunda e pausadamente distribuída pelas frases concisas com que expressava os seus pensamentos e opiniões, sentia-se nele o professor”.

Arruda Furtado, em discurso nesta Casa, diz que o mesmo “se assemelhava ao grande jurista italiano Contardo Ferrini, ambos de invejável cultura; ambos fechados em atitudes modestíssimas, indiferentes a quaisquer movimentos promocionais de suas pessoas; ambos pautando a vida particular e a vida pública segundo os padrões da mais rígida probidade; ambos apaixonados pelo Direito Romano, objeto de suas pesquisas científicas e dos seus estudos mais afanosos”.

Raimundo Girão, falando de suas obras, dizendo serem estudos fundamentais, enumerou-as; “Porque a lei obriga?”, 1948; “De Capitis Deminutione”, 1948; “Ex XII tabulis apud Scriptoris”, 1948; “Cultura e Liberdade”, 1951; “Senatus consulti de Bacchanalibus, Reliquae Dicuntur”, 1954; “Jus Commenticium”, 1954; “A Interlocutoria em suas Fontes”, 1958; “Natureza Jurídica da Inscriptio Bacchanalibus”, 1955; “Fundamentos Científicos e Pedagógicos no Sistema Social Romano”, 1956; “De Jurisprudenciae Definitione Ulpianae”, 1958; e deixou, para nosso maior pesar, inconclusa, outra intitulada “O Direito Romano Sistemático”, além de dezessete monografias sobre o Direito Romano, Direito Civil Pátrio, Direito Processual, Filosofia, Pedagogia e História.

Exerceu destacadas funções públicas, vinculadas ao magistério, como chefe de Departamento, Diretor do Instituto de Educação, representante do Estado do Ceará em curso na Escola Superior de Guerra, examinador em diversos concursos para o provimento de cátedras do ensino superior, foi Professor Catedrático de Direito Romano (Faculdade de Direito), de Instituições de Direito Civil, de Metodologia Especial de Letras Clássicas, de Lingua e Literatura Latina (Faculdade de Filosofia) e de Física, Química, Biologia e Português no curso secundário.

Amorim Sobreira, como já dito, pautou a sua vida na fé cristã trazida do seu lar de origem e aprimorada no Seminário do Crato, levando-a para a família que constituiu, para a cátedra e para os

seus escritos. Os destinos do Alto arrebataram-no quando muito ainda tinha o que dar ao nosso Ceará.

Substituiu-o no Instituto José Teixeira de Freitas, o professor querido dos seus discípulos, pelo seu comportamento didático, pela sua cultura e pela sua integridade moral. Graças à sua simplicidade, o carinho dos seus alunos pelo mestre era tão grande que o chamavam de “Teixeirinha”.

Natural de Itapipoca, onde fez os primeiros estudos no Grupo Escolar local, foi professor de Ciências Físicas e Naturais no Ginásio Sobralense, colocando-se à frente em sua época por dar à ciência caráter experimental.

Vindo para Fortaleza aqui cursou o Segundo Ciclo nos Colégios São Luiz e Liceu do Ceará, tendo sido membro da Ordem dos Advogados do Brasil. Bacharelou-se e licenciou-se também, em Pedagogia.

Pautou toda a sua vida como professor, tendo lecionado em vários estabelecimentos: história geral, no Instituto de Educação do Ceará, de 1939 a 1944; história geral e ciências físicas e biológicas, no Colégio Castelo Branco, de 1939 a 1948; história da filosofia da educação, no curso normal do Colégio Lourenço Filho, de 1940 a 1950; pedagogia no curso especial para o magistério do Município de Fortaleza; catedrático de história, na Faculdade de Filosofia do Ceará.

João Alfredo de Sousa Montenegro, com o critério que lhe é peculiar em seu discurso de posse como sócio efetivo deste Instituto, atesta, como aluno que foi do Professor Teixeira de Freitas, haver sido apresentado durante alguns anos com os seus ensinamentos, pois o mesmo dava aulas magistrais de história da civilização e haver sido, no curso superior, “recompensado pela sua nítida presença”.

Importantes funções no campo educacional foram por ele exercidas, podendo-se enumerar a de Diretor do Instituto de Educação do Ceará, de 1955 a 1960; Membro da Comissão Permanente de Ensino do Colégio Militar; Membro da Comissão Examinadora do Concurso para a Cátedra de História Geral do Colégio Municipal de Fortaleza; Presidente da Comissão Examinadora do Concurso de Assistente Técnico de Educação da Prefeitura Municipal de Fortaleza; Membro da Comissão Examinadora do Concurso para a Cátedra de História Econômica Geral e do Brasil, da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará; Membro do primeiro Seminário de Ensino do Exército; Presidente do Conselho Estadual de Educação, de 1965 a 1966; Membro da Comissão Examinadora do Concurso para História Geral e do Brasil, no Magistério Militar no Colégio Militar do Rio

de Janeiro. Emprestou seu concurso a vários Departamentos, como: Chefe dos Departamentos de Geografia, História e Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia do Ceará.

Sua participação foi sempre muito valiosa nos conclave educacionais de que participou no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Brasília, dentre outros.

Sua atividade filosófica foi marcante, como Diretor da Seção Cearense do Instituto Brasileiro de Filosofia.

Muitos foram os seus trabalhos bibliográficos. Podemos citar, dentre outros, Fundamentos Filosóficos da Pedagogia Contemporânea – Fortaleza, 1954; “Visão de Itinerário” (ensaio filosófico – religioso), 1961; “John Dewey e a Escola Nova” – Fortaleza, 1958; “John Dewey e a Epistemologia Pragmatista” – Fortaleza, 1961; “O Método nas Ciências Humanas” – Fortaleza, 1961; “O Professor como causa eficiente da educação” – Fortaleza, 1970; “O Sentido da Cultura Americana” – Fortaleza – 1971; “Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco” – conferência.

Vê-se, pelo exposto, que teve uma vida rica e fecunda no campo cultural, demonstradora de seus estudos, de sua inteligência e de seu labor. Mestre consumado, alcançou o título honroso de um dos maiores educadores do nosso Estado.

O Professor Teixeira de Freitas foi casado com a Professora Eldair Barros de Oliveira de Freitas, tendo dessa união uma única filha, a Médica Elda Maria Barros Oliveira de Freitas Albuquerque.

Nesta oportunidade, com saudade, evoque-se a memória do professor e amigo de quantos tiveram a satisfação de com ele conviver.

Retratados, assim, em rápidas pinceladas, os dois insígnies mestres que ocuparam a cadeira cuja vaga devo preencher, quedo-me perplexo com a minha pequenez e indignância para o mister.

A realidade, porém, como sabiamente nos diz Ortega y Gasset, é que “eu sou eu e a minha circunstância”. Não me considero um homem de letras mas, simplesmente um estudioso que se direcionou a dois temas de sua eleição e preferência: história e política. Por considerá-las irmanadas, Leon Daudet chamava a primeira de laboratório experimental da segunda. Para Platão, – há dois mil anos –, a política era considerada como disciplina fundamental ao bem estar da nação.

Araripe Júnior em certa fase de sua vida, por motivos não claros, em carta ao seu pai, assim se expressou: Que é a política? Uma

água que os homens turvam para poderem pescar sem que os companheiros o vejam . Não foi, contudo, dentro de tal enfoque que por quase um quarto de século com grata satisfação, servi ao processo político brasileiro.

Naquela fase de minha vida procurei atuar tendo por preocupação as conseqüências que poderiam resultar como subproduto de minha ação.

Presente tive, em meus mandatos, ser a atividade parlamentar fragmentária, interessando ao povo, sobretudo na medida em que corresponde às emoções da hora.

Atravessei época difícil no Congresso Nacional, em um período autoritário, quando a opinião pública nos pressionava desejando atitudes fortes para a liberalização das instituições. O parlamento brasileiro dele saiu galhardamente.

No momento em que vivemos, a **mídia** – principalmente a eletrônica que atinge a todos os lares na sua intimidade – procura pintar os parlamentos brasileiros, em todos os níveis, como apodrecidos, esquecida de que as câmaras legislativas nascem de uma realidade viva: dos costumes, da maneira de ser e de pensar de cada povo. Elas são apenas um retrato da nação.

Socorro-me, novamente, de Ortega y Gasset: “Por toda a parte fala-se mal do parlamento, mas as pessoas não vêem que em nenhum país importante existem tentativas de substituí-lo, nem mesmo existem esquemas utópicos para estabelecer outras formas que pareçam melhores” .

Nesta oportunidade, todavia, não desejo fazer a defesa do Poder Legislativo, pois o que está em curso no Brasil – todos sabemos – é apenas a extensão e a continuação de um processo político onde se procura e espera o realinhamento e o redimensionamento do Estado brasileiro.

Não posso perder o ensejo, contudo, de trazer para os membros desta Casa as preocupações que tomam conta dos meus pensamentos em minhas meditações. Trata-se da rediscussão das virtudes e dos valores que o mundo ocidental consolidou nos dois séculos vividos após a Revolução Francesa de 1789.

Essa, sem dúvida, é a indagação maior neste final de século.

Tenhamos presente que a trilogia liberdade, igualdade e fraternidade – conquista do cidadão comum – pautou o pensamento e a ação política do mundo ocidental em que vivemos.

Os conflitos sociais do século XIX – inspiradores das obras de Marx e de Engels –, a revolução socialista de 1917 – criadora da figura mitológica de Lenine –, as grandes guerras de 1914/18 e de 1939/45, além de modas filosóficas que vigiram no mundo do saber nestes dois séculos, não foram capazes de abalar as vontades das sociedades urbanas e industriais, cobertas pelo que se chamou de Democracia.

A queda do “Muro de Berlim”, a desintegração do chamado “Império Soviético” com o fim da denominada “Guerra Fria”, o surgimento do pólo econômico asiático, a aceleração da unificação européia, fragilizaram a ordem econômica e social em que fomos criados e são fenômenos com repercussão ainda em curso. Vemos uma reorganização geopolítica do mundo, ao que se deve somar a implantação de um novo padrão tecnológico com a informática, a química fina, a mecânica de precisão, a engenharia genética e os novos materiais, o que deverá impor à Sociedade contemporânea, pelo menos, uma redistribuição internacional do trabalho.

O Brasil, nesse particular, politicamente, há que ser considerado com aquilo que Hegel chamava de o “Espírito do Tempo”. Tenha-se em vista, que os acontecimentos do final do século XVIII, na Europa, chegaram ao Brasil estimulando a “Insurreição de 1817 e a Confederação do Equador de 1824”. Destarte, os atuais acontecimentos políticos, tecnológicos, científicos, sociais e religiosos que agem sobre a Comunidade Européia, o Leste da Europa, Ásia e Estados Unidos não podem ser esquecidos pois, fatalmente, irão intervir, de forma incisiva, na vida brasileira.

Parece-nos que a nossa elite, defensora da “abertura do país” ao mercado mundial, não vem considerando que essa intimidade com as economias centrais obrigam a nação a se preparar para dar respostas às questões sociais e políticas que serão exigidas.

O fenômeno do desemprego na Europa, a anomia crescente de toda uma geração de jovens, o problema da migração, o ressurgimento do racismo, o fim do mundo rural e a violência da vida urbana, as preocupações ecológicas, o fim de grandes empresas através da terceirização da maioria dos serviços e atividades na constituição do produto final, a inadequabilidade do sistema de ensino diante das necessidades reais do mercado de trabalho, são algumas das questões que merecem reflexões e soluções.

E o que dizer sobre o plano especificamente político?

A divisão do mundo em grandes blocos vai impor processos de decisões econômicas e políticas violentadoras, necessariamente, dos

chamados interesses nacionais, segundo o conceito clássico de Estado-Nação construído nos séculos XVIII e XIX. A “Nova Europa”, por exemplo, depois do tratado de Maastricht, praticamente reduziu as Assembléias Nacionais dos seus Estados-Membros a instâncias menores dos chamados “interesses nacionais”. As grandes decisões da comunidade já são votadas pelo Parlamento Europeu, assim como os grandes estudos e estratégias são conduzidas pela Comissão Europeia. Ora, se o real processo decisório foge das instâncias clássicas que dão expressão de realidade ao Estado-Nação, como justificar a sobrevivência dentre outras instâncias de Assembléias Nacionais e Partidos Políticos? Qual o discurso que essas sociedades vão construir para dar sentido a sua própria solidariedade e fraternidades internas – valores tão caros ao humanismo cristão que vem acompanhando todas as ideologias do chamado mundo moderno?

Ingênuo será admitir que essas questões não chegarão na vida cotidiana brasileira. Tal qual na explosão do iluminismo no século XVIII, na elegância da “Belle Époque” no século XIX, na angústia dos anos 20, nos anos felizes do após 2ª Guerra, na desarmonia romântica da década de 60 ou na solidão cínica da década de 80, a turbulência que se desenha neste final de século, terá a sua expressão política no Brasil.

Nossa vida, sem dúvida, sofrerá suas modificações quer seja através da música, da arte, da estética e do comportamento, da criação de valores e crenças que assumem a feição da moda, quer seja da construção de uma nova moral religiosa e/ou familiar.

Esse, pois, o desafio que se coloca, de forma inexorável, para a atual geração brasileira que está sob o império da decisão.

Chesterton dizia que em certos momentos de crise as palavras perdem os sentidos, ficam loucas. Em tais ocasiões as pessoas tornam-se sensíveis e abertas às suas referências do passado, voltando-se para os seus mitos e heróis, olham para a sua história como que a buscar reaver o fio perdido do sentido e do objetivo da vida.

O Ceará tem os seus heróis, seus gênios criadores no mundo da arte, seus intelectuais ilustres pelo saber e seus empreendedores capazes de embasar e incentivar os estudos necessários para que contribuições valiosas possam fluir.

Ao Instituto, chamado pelo Professor Álvaro Costa de “maior tribunal da cultura e moralidade do Estado do Ceará”, pelo acervo das centenas de obras produzidas pelos seus consócios, numa demonstração da sua competência e de sua dinâmica operosidade cabe,

com certeza, coordenar a contribuição da cultura cearense em resposta aos desafios já colocados para o mundo ocidental.

Senhores membros do Instituto do Ceará:

Honrou-me o Presidente Geraldo Nobre ao designar, para saudar-me em nome do sodalício, o Professor Doutor Vládir Menezes, inteligência lícida e brilhante da nossa terra, o que lhe permitiu amearhar tanta cultura. Com o seu temperamento vibrátil, extravasado até em sua conversa, vêmo-lo combativo e vibrante, posto em relevo em sua cátedra e em todas as outras posições por ele conquistadas. Tal, porém, demonstra apenas uma das múltiplas facetas de seu talento. Através dos seus livros, dos seus artigos e de sua atividade de operário da pena, sente-se outra marca de sua inteligência que muito tem a dar de contribuição à cultura cearense. O Instituto, tenho a certeza, vai ter dele ainda uma fecunda atuação, fruto do seu poder criador.

No decorrer das nossas vidas, os nossos caminhos, freqüentemente se encontram. Como tal fomos alunos na vetusta Faculdade de Direito do Ceará; estagiários na Escola Superior de Guerra e, ambos, temos a Acácia como nossa conhecida. Somente ele, com o seu "*savoir-faire*" seria capaz de por de manifesto tantas coisas e qualidades que admito não possuir. A ele, portanto, o meu muito obrigado.

Venho fazendo, porém, dentro de minhas reflexões, uma indagação: a quem devo agradecer a minha chegada nesta Casa do Saber? A Dona Beatriz Siqueira, minha professora de primeiras letras no bairro de Joaquim Távora? Aos Irmãos Maristas do Colégio Cearense, onde aprendi quase tudo quanto hoje sei? Ou à Faculdade de Direito do Ceará, autora de minha profissionalização? Ao Banco do Brasil, que em trinta anos de serviço ensinou-me a ser disciplinado? Ou aos inúmeros amigos que me incentivaram a pleitear o meu ingresso?

A todos a minha gratidão.

Parcela maior, contudo e cabe-me nesse passo assinalar, dando relêvo, à contribuição inestimável por mim recebida de duas pessoas. A Evangelina, minha tia e querida mãe que me criou, dando-me senso de responsabilidade e de dignidade, norteando minha existência. Ainda hoje, nos momentos de dificuldades, peço-lhe a sua preciosa orientação. Do Oriente eterno, onde repousa, não me tem falhado. A Irismar, prêmio que Deus me deu e que, em quase meio século de nosso casamento, divide comigo os bons

e os maus momentos. Há sido sempre meu Cirineu, ajudando-me a resistir e a não me afastar do caminho do dever. Sem ela já teria sido tragado pela voragem do tempo.

Senhores membros do Instituto do Ceará:

Aqui estou nesta Casa tão rica de saber e de tradição. Abertas me foram as portas para conviver com as mais expressivas figuras da intelectualidade cearense. As minhas esperanças estão em que os poderes de Deus, o vosso apoio e o vosso exemplo, hão de fazer-me digno de ocupar o lugar que os dois grandes vultos que me precederam tanto ilustraram.

Certeza tenho, entretanto, de que os sucedo mas não os substituo.